

Álvaro Pereira do Nascimento

**cidadania, cor e disciplina
na revolta dos marinheiros de 1910**



Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910

Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2008. (264 p.)

Álvaro Pereira do Nascimento

Petrônio Domingues¹

Na noite de 22 de novembro de 1910, foi marcada uma suntuosa recepção ao novo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, no Clube da Tijuca, no Rio de Janeiro. O marechal, acompanhado por todo o ministério, ouvia uma ópera de Wagner, quando, abruptamente, um tiro de canhão sacudiu a cidade. Cinco minutos depois, outro estampido ecoou violentamente. Vidraças eram, agora, estilhaçadas ou quebradas em Copacabana e no centro da cidade. O presidente foi informado de que a Marinha encontrava-se em estado de sublevação. A princípio imperou uma confusão quanto à autoria do movimento, mas, depois, tudo veio à tona. Os marinheiros do encouraçado *Minas Gerais*, sob a liderança de João Cândido Felisberto, se rebelaram, sendo acompanhados pelos companheiros de outros navios (o *Bahia*, o *São Paulo* e o *Deodoro*) que se encontravam fundeados nas águas da Baía de Guanabara. Mataram seis oficiais e um grumete e expulsaram dos encouraçados todos aqueles contrários ao levante. Demonstrando perícia, capacidade de organização e conhecimento das artes náuticas, eles comandaram os pujantes navios da Armada, apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro e bradaram em alto e bom tom: “Viva a liberdade” e “Abaixo a chibata”. No dia seguinte, o governo, os políticos, a imprensa e a população de um modo geral souberam que as reivindicações dos marinheiros não se limitavam ao fim dos castigos corporais. Tratava-se de rever, também, as condições de trabalho e discutir o aumento dos soldos. Em meio ao clima de tensão, insegurança e

temor, a negociação foi aberta. No quarto dia, diante da proposta de anistia feita pelo governo, os amotinados depuseram as armas.

No entanto, suas reivindicações e denúncias continuaram na ordem do dia, mobilizando a atenção dos jornais, da classe política, do governo federal e da própria Marinha de Guerra. Se os amotinados deram uma trégua, foi na esperança de que as coisas iam mudar. Mas, como os dias passavam e não havia sinais de mudanças, a paciência foi se esgotando. Em 9 de dezembro, uma nova sublevação, protagonizada, desta vez, pelo Batalhão Naval, na Ilha das Cobras. Tudo foi efêmero, pois a repressão foi draconiana. Muitos dos amotinados foram mortos, outros presos, extraditados ou perseguidos. Um dos episódios mais horrendos envolveu a prisão de João Cândido. Juntamente com outros marinheiros, ele foi detido e, encaminhado para o presídio da Ilha das Cobras, passou a noite do dia 22 de dezembro numa das piores celas daquela instituição. A cela era minúscula, sem luz natural e com pouca circulação de ar. Nela, encontravam-se 18 homens, alimentados apenas com pão e água. Cal misturada com água era jogada por baixo da porta da cela para desinfetar o local, já que não havia banheiro. À medida que a água evaporava, o pó da cal subia e entrava pelas narinas dos marinheiros. No dia seguinte, o saldo foi trágico. Dezesseis marinheiros morreram asfixiados pela cal em pó; somente João Cândido e mais um colega de cela sobreviveram. Isto não significa que eles saíram ilesos. Dias depois, os oficiais da Marinha alegaram que João Cândido apresentou sinais de loucura e o internaram no Hospital de Alienados, onde amargurou por cerca de dois meses, até receber alta. Seu drama, entretanto, não se encerrou aí. Retornando ao presídio da Ilha das Cobras, foi indiciado e passou a responder ao processo criminal na condição de réu. Durante dois anos o tribunal militar da Marinha colheu depoimentos das testemunhas e dos envolvidos e, por falta de provas, João Cândido e mais nove marinheiros foram absolvidos no julgamento. Todos foram expulsos da Marinha.

De forma sumária, esse é o relato da revolta dos marinheiros de 1910, movimento que ficou popularizado na memória nacional, no mundo acadêmico, nos livros didáticos e na *mass media* pelo termo “Revolta da Chibata”. O termo não foi cunhado pelos protagonistas do movimento, mas sim pelo jornalista Edmar Morel, quando, em 1960, publicou um livro sobre o assunto intitulado justamente *A Revolta da Chibata*. O livro foi bastante aplaudido pelos setores democráticos da sociedade brasileira, porém causou descontentamento no alto comando das Forças Armadas. Denunciando as arbitrariedades dos “donos do poder” e saindo em defesa dos “fracos e oprimidos” da Marinha, a obra desenvolvia, de maneira um tanto quanto maniqueísta, a tese da luta de classes – o movimento teria se travestido em luta dos praças inferiores contra os seus superiores, oficiais, que lhes mandavam aplicar as penas disciplinares

dos castigos físicos – e celebrava o herói João Cândido, um pobre e negro que teria lutado com notável destemor e bravura por justiça e liberdade. A obra fez grande sucesso e, dado ao seu conteúdo quase militante, animou o ideal “revolucionário” de vários movimentos sociais – partidos de esquerda, sindicatos e entidades estudantis, negras e populares. O prefaciador da terceira edição, Evaristo de Moraes Filho, chegou a escrever de maneira entusiasta: “Esta obra de Edmar Morel nasceu clássica; veio para ficar”, o que significava dizer que, “depois dela ninguém mais se aventurou, em livro, a tratar do mesmo assunto”. A obra de Edmar Morel era, na opinião do prefaciador, tão completa que os historiadores se resignavam a consultá-la e citá-la “abundantemente, evitando pesquisas desnecessárias”, já que o “essencial” encontrava-se “nela exposto”². Ainda bem que Álvaro Pereira do Nascimento não afiançou o que disse Evaristo de Moraes Filho. Sem sombra de dúvidas, a obra de Edmar Morel é importante para se compreender a Revolta dos Marinheiros de 1910, mas, peremptoriamente, não esgota uma temática tão complexa, espinhosa e desafiadora.

Pereira do Nascimento que o diga. Em vez de explicações esquemáticas ou reducionistas, o historiador carioca anuançou (e problematizou) daqui, compulsou novas (e reviu as antigas) fontes dali, apresentou consistentes (e originais) argumentos dacolá e desenvolveu sua interpretação para a Revolta dos Marinheiros de 1910. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pereira do Nascimento é especialista na matéria. Já havia publicado *A ressaca da marujada: Recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, em 2001; agora, traz a lume *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*³. Sua tese é de que o movimento não foi uma mera luta contra a chibata, como Edmar Morel supôs. As reivindicações dos marinheiros estavam no bojo de um projeto de melhoria das condições de trabalho e de carreira, de sorte que abolir os castigos físicos, afastar oficiais que cometiam abusos na aplicação do código militar, garantir a educação aos marujos indisciplinados, acabar com a alta jornada de trabalho por meio da revisão na tabela de distribuição de serviços e aumentar os vencimentos eram reivindicações que, em seu conjunto, traduziam as aspirações e expectativas que foram formuladas na experiência cotidiana das embarcações. Se Morel e outros historiadores e cronistas enfatizaram o aspecto mais controverso (chibatada em marinheiros, punição que lembrava as “bárbaras” relações escravistas), minimizaram, para não dizer que negligenciaram, as relações do dia a dia a bordo e mesmo o significado do castigo corporal na Armada para marinheiros e oficiais. Para desenvolver sua tese, o autor apostou na história social e consultou uma admirável quantidade de documentos (ofícios diversos, manuscritos, correspondências ministeriais, relatórios oficiais, pareceres, atas, regulamentos, leis, decretos, dossiês, jornais – do Brasil e do exterior –, revistas, cronistas,

viajantes, romances, registros memorialísticos etc.), cotejou dados e informações e dividiu o trabalho em cinco capítulos.

Algumas de suas ilações são dignas de nota. A hierarquia militar da Marinha envolvia uma nítida “linha de cor”: oficiais brancos comandavam subalternos de pele escura. O historiador carioca sustenta que “a maioria dos marinheiros era negra e mestiça”. E que muitos oficiais comungavam dos postulados do racismo científico, tanto é que, não era raro eles se referirem à origem dos marinheiros utilizando adjetivações depreciativas, como “escória” e “ralé”. A Escola de Aprendizes Marinheiros chegou, explicitamente, a recusar menores negros. No entanto, a Revolta dos Marinheiros não foi um movimento reativo, espasmódico ou inventado da noite para o dia, por alguma liderança negra de vocação heroica. Tratou-se, isso sim, de um processo que envolveu debates, reuniões, convergência de ideias e a formação de interesses em comum, sendo, portanto, resultado do acúmulo de experiências políticas e culturais dos marinheiros. Organizado e planejado previamente, com divisão de tarefas, estratégia de ação e pauta de reivindicações, o movimento foi autônomo, de caráter político e bastante arrojado. Pereira do Nascimento adverte quanto aos riscos de avaliações morais anacrônicas. Antes de serem considerados desumanos ou incivilizados, os castigos corporais na Marinha de Guerra eram uma prática comum desde o século XIX e não foram questionados até o início da República. Isto significa que os castigos faziam parte dos costumes e valores da Armada, sendo legitimados por todos (marinheiros e oficiais), como parte necessária da educação militar. A legitimidade só foi solapada depois de algumas mudanças na legislação penal e disciplinar, no início da República, quando os “de baixo” da Marinha concluíram que os “de cima” atentavam contras os costumes. As “formas de punição se tornaram mais duras, afetando não só o corpo, como também a liberdade, a condição socioeconômica e os sonhos de ascensão hierárquica e social” (p. 21). A partir dali, os sentimentos de injustiça começaram a aflorar em alguns marinheiros, desembocando nas primeiras revoltas ou tentativas de revoltas em algumas regiões do país.

Com efeito, quais os significados que os atores dessa história conferiam para o próprio castigo? As chibatadas não tinham um sentido único, quer para oficiais ou marinheiros. E, mais do que um ritual, tratava-se de um costume ou, como o autor designa, um instrumento do “tribunal do convés”. Para o oficialato, os rituais de aplicação de castigos corporais eram corretivos exemplares e educativos, que visavam a garantir a dominação, a ordem e a hierarquia militar. Além do controle da marujada, os castigos assegurariam a execução dos serviços de bordo, como estingar as velas, limpar o convés, estender a coberta e preparar a alimentação. Já para os marinheiros, os castigos

também assumiam sentidos diversos, conforme a contingência. Para os mais violentos, significavam uma provação de masculinidade ou valentia, afastando os potenciais adversários. Para os mais jovens e inexperientes, “o castigo e os oficiais representavam alguma proteção e segurança contra indivíduos que tentassem violentá-los sexualmente ou mesmo admoestar em situações diversas”. Para muitos, significavam punição por alguma falta cometida e, para toda a marujada, o castigo físico representava dores no corpo. Mas na medida em que o oficialato mudou as regras do jogo no início da República, cometendo todo tipo de arbitrariedade e desrespeitando os costumes, essa modalidade de “sevícia” deixou de ser tolerável. A dor passou a ser sentida não só no corpo, como também na alma, de modo que, do ponto de vista simbólico ou moral, as abusivas chibatadas passaram a denotar humilhação. Já no plano socioeconômico, os castigos corporais passaram a frustrar (ou obstaculizar) a realização do sonho de promoção hierárquica e social. Foi nesse instante que o castigo corporal perdeu sua credibilidade e deixou de ser tolerável.

Os marinheiros de 1910 desejavam uma nova ordem. Havia de se ter a atuação disciplinadora dos oficiais, desde que justa e sem barbárie. Dessa forma, marinheiros indisciplinados não esqueceriam os limites que haviam de respeitar – não roubar, não brigar com colegas etc. Os códigos haviam de ser justos e desacompanhados dos castigos corporais, que provocavam um sentimento de desigualdade diante dos demais cidadãos republicanos e dos colegas de outras marinhas pelo mundo. Dessa forma, poderiam se sentir livres para fazer suas opções a bordo e nas ruas (p. 240).

Como, porém, o autor salienta: a Revolta dos Marinheiros de 1910, não foi uma simples insurgência contra a chibata. Nas primeiras décadas do pós-Abolição, os papéis sociais foram redefinidos, e os marinheiros, majoritariamente “negros e mestiços”, estavam atentos a essas mudanças. Estavam ansiosos pela ampliação da cidadania, por fazer valer suas opiniões, pela participação nos canais de interlocução com a sociedade civil e com o Estado, enfim, estavam conscientes de que deviam lutar coletivamente por um futuro melhor. Isto não permite pensar que eles formavam um bloco monolítico. Segundo Pereira do Nascimento, os atores dessa história eram pessoas heterogêneas e articularam múltiplas identidades – eram, em sua maioria, pobres, negras, homossexuais e iletradas, contudo não se pode olvidar dos marinheiros brancos, homossexuais e alfabetizados. Foi a experiência dessas pessoas plurais – forjada e vivida nos portos e nas unidades da Marinha, mas também nas ruas, nas viagens e nos intercâmbios, nacionais e internacionais – que pavimentou as motivações, as reivindicações e as esperanças em torno da Revolta dos Marinheiros de 1910.

E a liderança de João Cândido no movimento? Esse personagem – que já foi cantado e decantado como símbolo de resistência e luta⁴, bem como celebrado como herói negro e nacional –, afinal, foi determinante para o irromper da revolta? O autor não se esquiva desse polêmico debate, asseverando “que não foi uma liderança em especial que levou os marinheiros à revolta, mas a consciência que os amotinados alcançaram no período. Os papéis desempenhados por João Cândido e Francisco Dias Martins foram marcantes, e assim devem ser reconhecidos, mas não devemos, em hipótese alguma, apagar a história de tantos outros homens que participaram daquele movimento, nem esquecer que símbolos podem ser memórias manipuladas politicamente” (p. 243).

Se a Revolta dos Marinheiros de 1910, não se sagrou política e programaticamente vitoriosa, com a morte de vários amotinados e a posterior perseguição e expulsão de lideranças como João Cândido, pode-se dizer que a partir dela a Marinha não foi a mesma. E isso não é pouco. Mais do que impulsionar o fim das chibatas, o movimento catalisou a emergência de uma nova cultura política na Armada. Sem ter a pretensão de expor o “essencial” sobre o assunto, Pereira do Nascimento apresenta, como ele próprio assinala, sua interpretação daquela que ficou popularizada como Revolta da Chibata. Pode-se discordar do autor pontualmente, aqui ou acolá, mas o que não se pode é negar as qualidades do livro. Eis uma análise instigante de um capítulo do protagonismo dos subalternos no período pós-escravista. Eis uma pesquisa arquivística sólida, eis um texto bem escrito.

NOTAS

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Contato do autor: pjdomingues@yahoo.com.br.

² MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 [1960], p. 11.

³ O livro foi originalmente uma tese de doutorado, defendida no Departamento de História da Universidade de Campinas, em 2002.

⁴ Em 1973, Aldir Blanc e João Bosco compuseram a música “O mestre sala dos mares”, uma homenagem a João Cândido. Gravada por Elias Regina no ano seguinte, a música fez um grande sucesso. Sobre a censura imposta pelo regime militar à letra dessa música, ver *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus; Museu da Imagem e do Som, 1999, p. 21-23.